

ANTROPOLOGIA PRÁTICA¹¹⁵

Bronislaw Malinowski

Estou começando com a questão: há alguma tarefa específica para o Instituto de modo que este não deva duplicar o trabalho de sociedades científicas ou políticas e organizações educacionais já existentes? O Instituto se posiciona em primeiro lugar para a aplicação prática de conhecimento científico. Pode alcançar, por um lado, vários interesse coloniais em suas atividades práticas, enquanto que ao mesmo tempo tem à sua disposição o conhecimento¹¹⁶ de especialistas teoricamente treinados.

Eu penso que na própria combinação de interesses práticos e teóricos reside a verdadeira missão do Instituto. Existe uma lacuna entre as discussões teóricas da antropologia das escolas, por um lado, e os interesses práticos do outro. Essa lacuna deve ser transposta e ao realizar isso, o Instituto pode tornar-se muito útil.

O homem prático está inclinado a rejeitar (no texto original está grafado como “*pooh-pooh*”, uma expressão idiomática da língua inglesa), desprezar e até mesmo ressentir qualquer tipo de transgressão do antropólogo sobre o seu domínio. Complementarmente, não é sempre fácil aconselhar o administrador colonial ou missionário sobre exatamente onde encontrar a informação antropológica da qual necessita. Agora eu penso que esta lacuna é artificial e de grande prejuízo para ambos lados. O homem prático deve ser questionado a atestar suas necessidades no que tange ao conhecimento sobre lei selvagem, economia, tradições, e instituições; ele iria, então, estimular o antropólogo científico para uma linha de pesquisa mais enriquecedora e

115 Publicado inicialmente na *Revista Trimestral do Insitituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, t. II, da Assembléia do Instituto Pan-Americano de Geogroafia e História, Rio de Janeiro, 1935. P. 592-616.

116 Um resumo deste artigo em francês aparecerá na edição de abril de “África”.

assim receberia informação sem a qual ele muitas vezes estaria às escuras. O antropólogo, de outro modo, deve direcionar-se para um estudo direto das instituições aborígenes tal qual existem e operam atualmente. Ele deve também tornar-se mais engajado na antropologia do africano em evolução, e na antropologia do contato dos brancos e “indivíduos de cor”, da cultura europeia e a vida tribal primitiva. Se o Instituto transforma-se num espaço de intercâmbios para interesses práticos e teóricos, e auxilia a colocá-las em contato, terá cumprido um objetivo importante.

Portanto é a tese deste memorando que existe uma terra de ninguém antropológica; que nesta estão contidos estudos de economia primitiva, jurisprudência primitiva, questões de propriedade da terra, de sistemas autóctones financeiros e de taxação, um entendimento correto dos princípios da educação autóctone africana, assim como de problemas maiores da população, higiene e mudança de perspectiva. O conhecimento científico sobre todos esses problemas é cada vez mais necessário por todos os homens práticos nas colônias. Esse conhecimento deveria ser fornecido por homens treinados em métodos antropológicos e apresentando perspectiva antropológica, dado que eles adquirem um interesse direto nas aplicações práticas do seu trabalho e um sentido mais perspicaz das realidades atuais.

CONTROLE CIENTÍFICO DA COOPERAÇÃO COLONIAL

Pela constituição do Instituto, todos os temas políticos estão eliminados de suas atividades. Isso pode facilmente ser realizado ao concentrar-se sobre o estudo de fatos e processos que se debruçam sobre problemas práticos e deixando para estadistas (e jornalistas) a decisão final de como aplicar os resultados.

Desta forma, a importante questão de regra direta versus indireta demanda um estudo detalhado dos vários processos pelos quais as influências europeias podem atingir uma tribo nativa. Na minha opinião, assim como de todos antropólogos competentes, é que a regra indireta ou dependente é infinitamente preferível. De fato, se definirmos regra

dependente como o controle dos Nativos sobre o meio da sua própria organização, torna-se claro que somente a regra dependente pode triunfar. Para o governo de qualquer raça consiste sobretudo em implantar em sua população ideias de direito, de lei e ordem, e assegurando-se com que obedeçam tais ideias.

A verdadeira diferença entre “regra direta” e “regra indireta ou dependente” baseia-se no fato de que a regra direta assume que seja possível criar instantaneamente uma completamente nova ordem, possibilitando transformar africanos em cidadãos semicivilizados pseudo-europeus no prazo de poucos anos. Na regra direta, paralelamente, admite-se a impossibilidade que uma transformação mágica semelhante possa ocorrer, que na verdade todo desenvolvimento social é muito lento, sendo infinitamente preferível atingi-lo mediante câmbios vagarosos e graduais vindos de dentro.

Um estudo científico dos fatos nesse tema revelaria claramente que a “regra direta” significa em última instância trabalho forçado, taxaço impiedosa, uma rotina fixada em matérias políticas, a aplicação de um código de leis a um cenário incompatível. E novamente no que concerne à educação, a formação de baboos africanos e de modo geral a conversão do africano em uma caricatura do europeu.

A regra política indireta que representava o princípio fundamental das diretrizes políticas e financeiras de Lord Lugard na África, deveriam abranger todos os aspectos da cultura. O controle cultural indireto é o único modo de desenvolvimento da vida econômica, a administração da justiça por Nativos para Nativos, a elevação das morais e educação sob as linhas autóctones, e o desenvolvimento da arte, cultura e religião africana verdadeira.

Embora adotemos em nossa diretiva prática o princípio de controle direto ou indireto, está claro que o completo conhecimento da cultura indígena nos sujeitos especiais indicados é indispensável. Conforme o controle indireto ou dependente, o homem branco delega a maior parte do trabalho a ser realizada pelos próprios Nativos mas ainda deve supervisionar, e se ele não deseja ser um mero testa-de-ferro, ou

erroneamente interferir em algo que não conhece, ele deve conhecer a organização, as ideias e costumes dos que estão sob seu mando. O político, de outra forma, o qual acredita no controle direto e deseja rapidamente transformar um amontoado de tribos em uma província do seu país, para substituir costumes locais e reger pelo seu código civil e criminal, também precisa obviamente conhecer o material com o qual trabalha assim como o molde no qual ele está tentando pressionar este último.

AS NOVAS RAMIFICAÇÕES DA INVESTIGAÇÃO ANTROPOLÓGICA

Examinemos alguns indivíduos que o político prático deve conhecer se quiser formular suas linhas gerais de política; o qual deve ser entendida pelo Residente ou Comissário se este quer administrar esta norma, as quais são de fato o sujeito-matéria das relações entre pessoas “de cor” e brancos na África.

A organização política de uma tribo nativa é obviamente um dos primeiros elementos a ser claramente conhecido. No entanto a organização política de um povo africano pode ser de tipo avançado, insinuando um tipo de monarquia, com extensivas tradições e genealogias, com grande cerimonial e ritual, um sistema de finanças desenvolvido, estruturas militares e diversas funções judiciárias. Tais estados nativos podem ser autorizados a operar nas suas próprias linhas mas devem ser primeiramente expurgados e então controlados. É essencial interferir minimamente na ordem estabelecida, e ainda eliminar todos elementos que possam ofender susceptibilidades europeias ou que representem perigo para as boas relações¹¹⁷. Inegavelmente, dito conhecimento deve ser obtido. Na realidade, em territórios como Nigéria e Uganda, essa prática teve de ser adquirida pelos primeiros administradores.

Este tipo de estudo, no entanto, é verdadeiramente uma peça de

117 Um antropólogo ou político esclarecido deve tomar em conta a estupidez e preconceito europeu quase completamente como as de um africano

trabalho de campo antropológico para o qual um antropólogo experiente desenvolveu aparatos e métodos que o permitem observar, escrever suas observações e elaborá-las mais rapidamente do que um leigo pode fazer, exatamente como o geólogo experimentado vê detalhes e lê na face da terra princípios geológicos importantes completamente dissimulados do mais inteligente observador porém inexperiente.

Qual é então a dificuldade, e por que o antropólogo tem sido pouco usado e pouco útil? A resposta é, apesar de que os métodos e técnicas de observação antropológicas são os únicos pelos quais um conhecimento abrangente dos problemas sociais primitivos pode ser alcançado, todavia os interesses da antropologia tem sido até o momento em uma direção ligeiramente diferente. A instituição de um reinado primitivo, a título de exemplo, tem sido estudado pela rota circular através da antiguidade clássica. A antropologia atual tem se interessado em monarquias selvagens através do interesse centrado no rei sacerdotal de Nemi. O aspecto ritual mitológico das monarquias selvagens, as sombrias e pitorescas superstições acerca da vitalidade do rei, conexões entre essa parte e as potencialidades mágicas, tem sido analisadas, assim como problemas de importância teórica primordial que certamente são. Mas a nossa informação enquanto modo atual no qual as políticas primitivas ocorrem, a questão, de quais forças fundamentam a obediência ao rei, a seus ministros; o mero estudo descritivo e analítico do que poderá ser chamado a constituição política das tribos primitivas, dos quais somos enormemente ignorantes. No seu auge, dita informação tem sido fornecida para nós como um subproduto de outra, o estudo antiquado das instituições, e não através da prática direta ou interesse teórico no mecanismo das políticas primitivas.

TEORIA DA LEI PRIMITIVA

Um dos sujeitos que apresentam nítido interesse primário para o homem prático é a lei da sua tribo.

No momento neste tema notavelmente adequado, ele não pode receber suficiente auxílio da antropologia universitária dominante devido a que este sujeito tem sido singularmente negligenciado pelos antropólogos. Aqueles que tem estudado o tema produziram teorias extraordinariamente insatisfatórias que levaram, sobretudo, a um obscurecimento do tema, evitando que os trabalhadores de campo observassem os fatos relevantes, mais do que esclarecendo.

A ideia dominante da escola continental de jurisprudência (Bachofen, Post, Bernhöft, Kohler, Durkheim) é que, nas sociedades primitivas, o indivíduo é completamente dominado pelo grupo – a manada – o clã – a tribo, e que obedece a leis e costumes da sua comunidade com obediência absoluta e passiva. Atualmente, como a pesquisa moderna nos leva a ver, tal afirmação é inteiramente injustificada (Cf. por exemplo o presente escritor de *Crime e Costume na Sociedade Selvagem*, 1926).

Primeiramente estamos começando a ver que, por trás de um aparente caótico turbilhão de regras selvagens, podem ser distinguidos alguns claros princípios, e que as regras podem ser adequadamente classificadas. O selvagem tem a sua própria lei criminal, e ele tem o que corresponde à nossa lei civil. Ele tem, isto é, um sistema definido de princípios que governam direitos individuais ou comunitários para o uso da terra, objetos manufaturados e artigos de consumo. Ele tem definido, talvez por vezes elaborado, sistemas de herança em bens e sucessão em cargos.

Esses princípios gerais estão intimamente conectados com a organização da sua tribo.

Novamente, longe de ser um simples sujeito-matéria, pode ser unicamente entendido após o treinamento de cada paciente nos princípios da sociologia primitiva e depois de alguma experiência no campo de trabalho antropológico. E no estudo de organização primitiva,

de parentesco, de família, de comunidade das aldeias e da tribo, viemos para melhor percorrer os campos da antropologia.

Há uma área bem definida de nosso presente aprendizado em existência o qual está relacionado com elementos tais como parentesco “classificatório”, a organização do clã e do grupo local, e os vários problemas associados com a descendência matriarcal ou patriarcal. Esta parte da antropologia é, no entanto, ainda largamente dominada pelo que pode ser chamado interesse sensacional ou antiquado. Ainda é amplamente relacionado com a explicação de costumes que pode parecer para nós, estranha, exótica e incompreensível. The couvade¹¹⁸, a rejeição da sogra, a eliminação da placenta, e os pitorescos usos associados com a relação entre dois primos – todos tem recebido considerável atenção. Porém os problemas mais amplos e maiores da antropologia social ainda estão de alguma forma na escuridão. Sabemos mais sobre as chamadas formas anômalas de casamento ou exagerações classificatórias de parentesco do que sobre a organização da família. Considerando os excelentes livros como Rattray’s sobre Ashanti, Smith e Dale sobre Baila, E. Junod sobre os Thonga, e pode ser encontrada uma estranha desproporcionalidade entre a atenção dada para os fatos cotidianos da vida e o singular, entre o tratamento do ordinário e bizarro; a família, por exemplo, e as formas mais abstrusas de parentesco. De imediato eu mantenho que o estudo, a título de ilustração, de como o caráter de um indivíduo é formado primeiramente dentro do círculo familiar e então dentro do grupo local, e novamente através de uma série de iniciações posteriores; o problema, isto é, da formação do caráter na rotina da vida-história nativa, é uma que pode ser tratada antropológicamente e possui, teoricamente, primordial importância. Até o momento este problema tem sido quase completamente desprezado pelos antropólogos na teoria e observação. Eu também afirmo que a instituição família é o fator dominante na maioria dos sistemas sociais, ao invés das fantásticas anomalias de parentesco tão adoradas pelo antropólogo especulativo.

118 Refere-se a um ritual ou costume de algumas culturas na qual o marido de uma mulher em trabalho de parto é tratado como se ele estivesse portando a criança.

Tenho dedicado a este contencioso dois volumes, por isso não discorro sobre isto neste texto¹¹⁹.

No estudo da formação do caráter individual, o observador deveria encontrar também uma revelação da moral amplamente estabelecida e as forças legais e as várias sanções nativas que transformam um cidadão obediente às leis a partir de um chamado selvagem. Se nada tem sido provado por recentes pesquisas antropológicas e prática colonial, é verdade que não se pode, impunemente, desfazer ou subverter um sistema antigo de tradições, morais e leis, e substituí-lo por uma nova moralidade previamente estabelecida e um senso de direito; o resultado invariavelmente será o que pode ser chamado o “bolchevismo negro”.

Novamente, é o Nativo em mutação e não o selvagem intocado que nós devemos ter de estudar. De fato, a prática real de um trabalhador de campo moderno deveria tornar-se o estudo do selvagem tal qual ele é, isto é, influenciado pela cultura europeia, e então eliminar essas influências e reconstruir o status pré-europeu. Eu penso que seria mais sólido, mesmo do ponto de vista puramente científico, se esse processo de eliminação não fosse realizado de maneira misteriosa, na penumbra por assim dizer, mas se no nosso trabalho de campo coletássemos todos os dados tal qual eles aparecem agora, e os apresentássemos dessa forma, e fizessemos nossa honesta reconstrução do passado, ao ar livre¹²⁰.

Gostaria de esclarecer que não estou criticando indiscriminadamente a antropologia antiga ou tentando revolucioná-la. Desde o começo os métodos comparativos da antropologia antiga

119 Cf. meus livros “Familia entre os aborígenes australianos” (“Family among the Australian Aborigines” - 1913) e “Sexo e repressão na Sociedade Selvagem” (“Sex and Repression in Savage Society” - 1927); também meus artigos “Parentesco e Casamento” (“s.v. Kinship and Marriage”) na edição da Enciclopedia Britannica, 1929, assim como um livro sobre Parentesco Primitivo – Primitive Kinship, agora em preparação.

120 Mesmo em seu estudo dos índios totalmente sem tribo e “ianquificados” – assimilados aos yankees (yankified), nossos colegas dos Estados Unidos persistentemente ignoram o índio tal como ele é e estudam o índio como ele deveria ter sido há um ou dois séculos atrás.

produziram trabalhos e estudos especiais da maior importância para o homem prático. A monografia de Niebuhr sobre escravidão, o trabalho de Steinmetz sobre jurisprudência primitiva, os trabalhos supracitados em parentesco selvagem nos suprem com excelente material para a nova ramificação da antropologia aqui preconizada. Eles devem ser apenas ligeiramente modificados, e mais observações serão coletadas do ponto de vista de como as instituições funcionam, e não de como elas “originaram-se” ou “difundiram-se”.

O ESTUDO EFETIVO DE LINGUAS PRIMITIVAS

Um dos problemas na reorganização da convicção da antropologia antiga que para mim parece ser de notoriedade primária é a íntima cooperação entre o estudo dos diversos aspectos que, até o presente, tem estado em compartimentos impermeáveis. Dentre eles, o estudo de línguas primitivas, me parece ser especialmente importante a considerar.

Sem nenhuma dúvida de que o conhecimento do idioma de sua tribo é uma das partes mais essenciais do equipamento de um administrador, de um missionário ou um professor.

Agora é claro que ao ensinar o vocabulário de alguma tribo africana é quase impossível de traduzir alguns dos mais importantes verbetes para o inglês. Todas as palavras que cobrem a ordem social nativa, todas as quais expressam crenças religiosas, valores morais, ou técnica específica ou procedimentos rituais que podem somente ser apresentados precisamente pela referência à organização social da tribo, suas crenças, práticas, educação e economia. O estudo de um idioma nativo deve ir de mãos dadas com o estudo de sua cultura.

A sua gramática não pode sequer ser bem ensinada sem a ajuda da antropologia social. Existem fenômenos gramaticais, por exemplo, as partículas classificatórias dos idiomas Bantu, e de algumas línguas Melanésias que não podem ser explicadas sem a utilização de termos de costumes selvagens e instituições. Mais uma vez, as diferenciações sociológicas no uso linguístico entre os diversos estratos da sociedade não podem ser tratados exceto enquanto partes da sociologia. Os vários

pronomes de posse usados na Melanésia, algumas modificações do verbo e nome, que estão profundamente correlacionadas com a prática para a qual o idioma está posto dentro dos seus diversos contatos culturais, e para distinguir o estudo da língua em relação ao estudo da cultura, significa tão somente a perda de tempo e amadorismo na maioria dos aspectos do trabalho. Uma estreita cooperação entre o ensino linguístico e o treinamento antropológico me parece ser da maior importância em qualquer currículo preparado para cadetes coloniais e classes similares, e ainda, infelizmente, todas as organizações de nossas universidades são completamente inadequadas neste ponto de vista. O Instituto por outra vez pode fornecer ajuda prática ao apoiar a causa deste eficiente novo método antropológico no ensino linguístico.

AS QUESTÕES ANTROPOLÓGICAS DE POSSE DA TERRA

Afim de abordar um tema de primordial importância, notadamente, posse da terra em uma comunidade primitiva. A partilha do território deve ser uma das primeiras ações de um administrador, e ao fazer isso ele deve primeiramente estabelecer linhas gerais da sua política e então observar como elas são corretamente aplicadas por seus oficiais.

Salta aos olhos, no entanto, que mesmo as linhas gerais da política não são facilmente encaixadas a menos que comecemos a partir de um conhecimento científico do sujeito. Direitos de conquista, prerrogativas históricas, direitos estipulados por “tratados com chefes nativos” tem sido reclamados por interesses que demandam um máximo de terra para usos europeus.

Novamente, por outro lado, aqueles tentando salvar os interesses nativos invocam raramente os direitos das populações primitivas e insistem que pelo menos um “mínimo necessário” deve ser reservado para os nativos. Mas, independentemente do ponto de vista tomado, o problema inteiro permanece às escuras enquanto não somos capazes de determinar qual deve ser o mínimo necessário para os nativos.

Lord Lugard repetidamente insiste nas grandes dificuldades, tanto teóricas como práticas, de lidar com a posse da terra.

“A ausência de qualquer política definida sustentada no que concerne à terra nessas dependências (África do Oeste) parece ter surgido da falha em investigar o sistema de posse nativo, Os legisladores, apesar de desejosos em dar vazão ao costume nativo, não estavam aparentemente familiarizados com ele, e descobrimos que diversos resultados relacionados à terra estão formulados em termos muitas vezes inapropriados para a posse nativa, e o empréstimo e outros instrumentos são frequentemente elaborados com base em um modelo inglês”¹²¹.

E todavia quando dois comitês entre 1908 e 1915, um após o outro, foram apontados para investigar a temática da posse da terra em toda a África Ocidental, e reuniu-se uma imensa quantidade de evidências, o trabalho dos Comitês trouxeram à tona uma convulsão na opinião pública nativa resultando que os relatórios jamais foram publicados¹²². Portanto, parecemos estar entre o diabo e o mar profundo, visto que a ignorância indica ser uma limitação completa em lidar com esse problema, e, ainda, muitas vezes a ignorância parece ser felicidade comparada com o conhecimento que é tanto difícil de obter como perigoso de usar.

Aqui tomo a liberdade de sugerir que caso a questão completa tenha sido investigada, não por um comitê politicamente apontado, porem por dois ou três antropólogos, eles poderiam fazer o trabalho em um tempo muito menor, com muito menos despesas, e poderiam tê-lo feito competentemente e utilmente. Não vi os relatórios do Comitê Africano do Oeste, mas li um trabalho similar realizado no território de Papua e os resultados discutidos por administradores, missionários e fazendeiros. Tenho encontrado, em primeiro lugar, que independente da fonte usada para verificar os resultados de um dos homens “práticos”, estes estavam essencialmente errados. Como aponta corretamente Lord Lugard na citação acima, o advogado europeu está inclinado a distorcer as condições nativas ao forçá-las dentro da terminologia emprestada da lei europeia. O europeu destreinado, por outro lado, usa tais palavras como

121 Dual Mandate, p. 304.

122 Deve-se, no entanto, notar que o trabalho do Comitê foi finalizado pela deflagração da guerra em 1914

“comunismo”, “individualismo”, “propriedade privada”, “propriedade tribal”, e ademais, sem proporcionar-lhes o mínimo significado inteligível, ou o entendimento próprio sobre quem ele está falando.

É somente aquele antropólogo, que se especializa no estudo das ideias legais primitivas e condições econômicas, que possui a competência para lidar com essa questão. Problemas de pertencimento devem sempre ser abordados desde o ponto de vista do uso atual. Ao lidar com a posse da terra é fútil convocar, tal qual fazem os comitês políticos, um número de testemunhas e perguntar diretamente qual é a sua forma de propriedade ou, ainda pior, o que deveria ser propriedade na sua opinião. A propriedade da terra entre os povos primitivos é sempre muito complexa, e é impossível para uma pessoa destreinada não ser induzido em alguma tradução inadequada de ideias nativas em sua própria terminologia. Numerosas afirmações contraditórias são invariavelmente obtidas por amadores simplesmente porquê, enquanto regra, a terra é usada por várias pessoas e os usos da terra são associados com os sistemas nativos de parentesco, muitas vezes uma mistura de direitos matriarcais ou patriarcais, profundamente incompreensíveis para o europeu inexperiente. E novamente, nativos destacarão por vezes o aspecto mais utilitário de propriedade e assim trazer para a linha de frente alguns direitos mágicos ou mitológicos. Mesmo estes últimos, entretanto, não podem ser ignorados na prática pois os nativos os valorizam extremamente, e por conta da crescente incompreensão de alguma injúria ou insulto contra um lugar sagrado ou objeto sagrado deve trazer à tona sérios problemas (Cf. para ilustrar, *The Golden Stool of Ashanti*).

O procedimento correto é elaborar um mapa do território, mostrando as terras que pertencem a cada uma das diversas comunidades, e os lotes individuais, dentre os quais estão divididas. Então ao invés de indagar em massa sobre “propriedade” é necessário analisar como cada unidade de terra é usada, e descobrir os detalhes individuais práticos e, também, todas as ligações místicas entre o pedaço de terra e as várias pessoas que demandam algum direito sobre aquele lote.

Dito questionamento não deveria alarmar facilmente o nativo. Ele

poderia continuamente não estar consciente de que uma pesquisa sobre posse da terra estaria sendo realizada. Em segundo lugar tal pesquisa poderia não somente revelar os verdadeiros direitos legais dos indivíduos, poderia responder uma questão ora mais importante de como as terras são usadas e qual o “mínimo indispensável” a ser reservado para eles. Finalmente, tendo em conta que o antropólogo não apresente interesse constituído nessa questão, nem tendência alguma relacionada à essa pesquisa, pois seu propósito é e sempre será a precisão e riqueza de detalhe, ele é a pessoa mais propícia para fornecer ao administrador o que ele de fato necessita, um relato isento e imparcial da situação real.

Não é somente entre interesses brancos e “de cor” que há problemas, porém também entre os interesses dos vários nativos, o chefe contra a comunidade; a comunidade da aldeia contra o clã; a tribo como um todo contra esta ou outra seção; e não é possível lidar adequadamente e justamente com qualquer uma dessas questões sem uma paixão imparcial de sangue frio pela exatidão absoluta que pode ser fornecida pelo antropólogo.

ECONOMIA PRIMITIVA

A posse da terra é um dos problemas do sistema econômico da tribo, e se esse problema é tão complicado, está claro que o sistema inteiro não será fácil de entender ou operar. Na realidade, o conhecimento do que deve ser chamada organização econômica de uma comunidade é essencial em numerosos problemas práticos, como aqueles associados com melhores condições higiênicas, com trabalho, educação, abolição da escravatura e trabalho forçado, e, por último mas não menos importante, tributação.

A essência de um trabalho antropológico sério deve consistir na análise sociológica da produção e consumo primitivo; os tipos e fases das atividades econômicas; as relações entre economia e aspecto religioso, entre algumas formas de mágica e artes práticas. Os fatos devem ser observados e estudados tal qual eles existem e operam, e não enquanto pretexto para reconstrução e hipótese – a antropologia deveria visar para o entendimento e esclarecimento dos processos econômicos ao invés do

estabelecimento de “origens e etapas” ou “difusões e histórias”.

O antropólogo honesto deverá confessar imediatamente que, enquanto sujeito-matéria, a economia primitiva tem sido negligenciada tanto em observação quanto em teoria. Formas de trabalho e intercâmbio, a maneira na qual a riqueza é “capitalizada”, isto é, ou transformada em valores mais permanentes, a psicologia do presente e troca, todos esses tópicos são difíceis de serem encontrados em qualquer registro de trabalho de campo ou livro-texto de antropologia¹²³.

Do pronto de vista prático, as questões de trabalho estão na vanguarda. Qualquer discussão sobre o tema deve começar por uma definição sociológica do trabalho. Para identificar trabalho enquanto atividade em geral (como tem sido feito recentemente em um insatisfatório livro-texto Trabalho Primitivo - Primitive Labour – por L.H. Buxton) é incorreto, para isso há várias atividades, acima de tudo, brincadeiras e jogos, que não são tidas como trabalho no sentido econômico. Nem todos os tipos de comportamento cultural podem ser classificados como trabalho.

Em primeiro lugar, o trabalho deve ser definido como a obtenção de algo tangível e útil que serve para a satisfação das vontades essenciais do homem. A busca por alimento e sua preparação, a pesquisa por material para moradia, vestimentas, armas, e objetos diretos para uso constituem os tipos mais importantes de trabalho. Mesmo os mais baixos selvagens, entretanto, fornecem determinados bens materiais que não são para consumo direto e pertencem verdadeiramente a formas primitivas de capital: implementos, utensílios para estocar e preservar alimentos,

123 Alguns trabalhos prévios de grande utilidade sobre economias primitivas tem sido realizados, essencialmente na Alemanha. Os nomes de E. Hahn, H. Schurtz, K. Bücher, R. Thurnwald e Max Weber atraem a atenção do antropólogo. Recentemente um livro publicado em inglês sob o título Economia Primitiva (Primitive Economics) de R.W. Firth, que preenche um importante vazio, e espera-se que desenvolva um interesse mais intenso nesses problemas. Esse livro também contém uma requintada bibliografia. Cf. também meu livro Argonautas do Pacífico do Oeste (Argonauts of the Western Pacific, 1922), onde um sistema nativo de trocas foi descrito e os artigos: Economia Primitiva (Primitive Economics – Economic Journal, 1921) e Trabalho e Economia Primitiva (Labour and Primitive Economics – Nature, 1926).

armadilhas, armas de caça e similares. Para definir o “selvagem” como tem sido feito por um autor recente, como um homem que, “não tem modos de adquirir mais riqueza do que ele pode carregar consigo, na sua pessoa, ou com as pessoas da sua família” é enganoso.

Ademais, continuamente entre os mais primitivos selvagens há trabalho dedicado para a produção do que pode ser chamado itens de luxo, objetos de arte e monumentos de cultura, ornamentos pessoais, pinturas, esculturas brutas e objetos destinados ao culto e ritual. O trabalho deveria ser definido como sendo a forma intencional de atividade sistemática normatizada por tradição e devotada à satisfação dos desejos, a criação de meios de produção, a criação de objetos de luxo, valor e renome.

Essa definição, apesar de parecer muito acadêmica e separada de possibilidades praticas, nos permite imediatamente traçar uma ou duas conclusões. Distinguimos trabalho de outras atividades pelo seu propósito. A questão emerge diretamente: o que é que, na cultura primitiva, leva o homem ao esforço extenuante, prolongado e muitas vezes desagradável? Quais são os incentivos eficazes para o esforço? De que maneira estão relacionados ao indivíduo, e até que ponto estão transformados pela cultura? Vemos, portanto, que exatamente como seria inútil investigar a posse da terra sem perguntar-se quais usos estão sendo feitos dela, então é impossível entender como o trabalho nativo, exceto enquanto parte do problema do seu sistema de valores, incentivos, e utilidade. Formas iniciais de trabalho são obviamente correlacionadas com a maneira na qual o valor econômico surgiu. O sábio empreendedor e administrador estará interessado em saber quais eram os antigos valores tribais e quais formas de ambição econômica aportar para sua área.

Para fornecer um exemplo concreto: dentre as tribos do noroeste da América do Norte a maioria dos interesses centravam-se na produção de determinados objetos que, de modo singular ou complicado, satisfaziam ambições e a sensação estética de seu proprietário. A produção desses objetos forçou essas pessoas a trabalhar intensamente e os manteve em

um determinado patamar de atividade industrial. Novamente esses objetos eram indispensáveis para a organização da sua família e casamento, de sua liderança tribal e sistema de clã. Um sistema de administração sensato teria entendido o sistema econômico nativo e tentaria gradualmente, talvez, substituí-lo por novos incentivos ao trabalho, novos valores e novas vontades econômicas. O ato essencialmente sem garantia do governo canadense, o qual aboliu a instituição do Potlach, tem, em todos os aspectos, desorganizado completamente a vida dos nativos, e ainda produziu significativas consequências desfavoráveis.

Como sabemos de todas as partes do mundo, uma comunidade totalmente sem tribo, caso não extinguir-se, torna-se extremadamente difícil de gerenciar. Temos aqui um exemplo de como um espírito não científico leva a severos erros práticos.

Para compensar isso, gostaria de mencionar, a partir da minha experiência pessoal, o caso do noroeste da Melanésia, onde comerciantes brancos foram compelidos a reorganizar indústrias nativas e produzir com trabalho nativo objetos de valor nativo, e através disso obter controle indireto sobre a produção econômica nativa (Cf. também o artigo do Prof. Seligman sobre Antropologia Aplicada na Enciclopédia Britannica).

Trabalho forçado, recrutamento ou contratos de trabalho voluntários e as dificuldades de obter números suficientes – todas essas formam outro tipo de dificuldades práticas nas colônias. O dilema do cacique nessa temática é de atrair o nativo ou convencê-lo a manter-se satisfeito enquanto trabalha para o homem branco; e, por último mas não menos importante, para prevenir o período de trabalho tendo consequências danosas para a sua saúde ou moral assim como na sua aldeia esvaziada e casa.

Em tudo isso, a questão principal é novamente como fazer um homem de uma cultura diferente estar satisfeito com o trabalho. A experiência mais simples ensina que para todos o trabalho é desagradável, mas um estudo das condições primitivas mostra que um trabalho muito eficiente pode ser obtido, e os nativos ainda podem

trabalhar com algum grau de real satisfação caso condições adequadas sejam criadas para eles. E outra generalização antropológica revela que condições satisfatórias de trabalho são obtidas somente ao reproduzir o contexto no qual os nativos labutam na sua própria cultura. Na Melanésia tenho visto isso aplicado em algumas fazendas. Fez-se o uso de tais estímulos como mostras competitivas dos resultados, ou marcas de reconhecimento para a indústria, ou novamente músicas de ritmo e trabalho. Mais uma vez, o arranjo de trabalho em bandos correspondendo ao trabalho indígena comunitário produziu o efeito desejado, porém isto não deve ser improvisado – um arranjo artificial nunca terá a atenção da imaginação nativa. Em toda comunidade eu mantenho que existem meios indígenas de obter trabalho mais intensivo e de maior rendimento, e é necessário somente estudar os fatos ordenados para estar apto a aplicar incentivos efetivos (Cf. menciono também o interessante trabalho de K. Bücher, *Arbeit und Rhythmus*).

Diversos pontos poderiam ser feitos sobre o tema do trabalho – seus incentivos, seus estímulos, seus arranjos coletivos, sua organização mais ampla dentro do sistema tribal como um todo. Gostaria de adicionar aqui sobre esses pontos, como em outras partes, o antropólogo trabalhando a partir deste novo ponto de vista, o qual deveria ser desenvolvido pelo Instituto, não poderia limitar-se a reconstruir a cultura nativa como existiu ou existe, independentemente da influência europeia, porém de estudar o fenômeno social e mental que a cultura ocidental produz na cultura africana.

A ANTROPOLOGIA DO NATIVO EM MUTAÇÃO

Uma nova área da antropologia deve mais cedo ou mais tarde ser iniciada: a antropologia do nativo em evolução. Atualmente, quando estamos intensamente interessados, através de novas teorias antropológicas, em problemas de contato e difusão, parece incrível que dificilmente qualquer estudo exaustivo tem sido efetuado sobre a problemática de como a influência europeia está sendo propagada nas comunidades nativas. Certamente, a antropologia do selvagem em mutação deveria lançar uma

luz extremamente importante sobre o problema teórico do contato de culturas, transmissão de ideias e costumes, em resumo, em todo o problema de difusão.

Essa antropologia seria obviamente da maior importância para o homem prático nas colônias. Finalmente, visto que estamos presenciando uma das maiores crises na história humana, notadamente da expansão gradual de uma forma de civilização sobre o mundo inteiro, o registro desse acontecimento é o dever fundamental daqueles com a competência para realizá-lo. No momento trata-se do antropólogo, habituado a lidar com a mente simples e a entender culturas simples, que terá de investigar o problema de ocidentalização do mundo, no entanto, até o presente, a maioria das contribuições sobre o tema tem sido realizada por entusiastas, enquanto o especialista no seu campo de trabalho ainda tenta ignorar a realidade circundante e reconstrói laboriosamente o selvagem que já não mais existe – o qual deixou de viver na Melanésia há uma geração, na África há duas gerações, e na América do Norte possivelmente há cem anos ou mais. Caso o instituto obtenha sucesso na criação desse novo campo da antropologia, o estudo da difusão de culturas ocidentais entre os povos primitivos, e se isso é executado com o máximo zelo teórico e interesse direto enquanto estudo reconstrutivo, então o Instituto fará uma ótima contribuição à antropologia, assim como ao homem prático.

Para sumarizar essas considerações um tanto disseminadas; o Instituto poderia cumprir uma importante função: (1) Ao construir uma ponte entre a antropologia teórica e suas aplicações práticas. (2) Deveria insistir que uma série de sujeitos novos ou parcialmente considerados sejam posicionado na linha de frente das investigações antropológicas; os problemas de população e de pesquisa demográfica das tribos primitivas; o estudo das organizações sociais, particularmente, de suas instituições básicas, a família, o casamento, e as agências educacionais até o momento como elas moldaram o caráter e a natureza social do indivíduo; os sujeitos de alguma forma negligenciados pelo direito, economia e política como os encontramos no trabalho em comunidades primitivas;

finalmente, o estudo do que pode ser chamado linguística sociológica ou cultural: essas são temáticas de importância primária que podem ser estudadas antropologicamente caso tenham utilidade prática. (3) A análise dessas questões deveria ser estimulado do lado prático ao conectá-las, não de modo político, porém em um espírito puramente analítico para tais questões como o aumento ou redução e transformação de populações, regra direta versus indireta, criação das escolas europeias, a introdução da tributação, e do trabalho. Somente quando o homem prático toma consciência de que ele não deve debater-se e ficar às escuras, que ele carece de conhecimento antropológico, que ele pode ser útil para o especialista, e, por sua vez, tornar este último benéfico para si mesmo. (4) O estudo da difusão da cultura europeia nas comunidades selvagens e a antropologia do nativo em mutação devem ser estabelecidas como uma parte importante da investigação. O antropólogo como ele é agora, está melhor equipado do que qualquer outro para levar a cargo esta atividade, mas, novamente, ele deve ampliar seus interesses e adaptá-los para os requisitos práticos do homem para o qual trabalha e para o nativo. (5) Finalmente, no que concerne diretamente a assistência prática que pode ser prestada pelo instituto neste tema: (a) O trabalho nessa moderna, assim chamada, Escola de Antropologia funcional deve ser encorajado pelo Instituto; (b) O Instituto em cooperação com as comunidades científicas e universidades podem ser instrumentais na organização do trabalho de campo nas linhas aqui indicadas pela África. (c) O Instituto deve assumir a questão do treinamento antropológico dos cadetes coloniais, especialmente a antropologia funcional destes, especialmente a antropologia funcional dedicada às comunidades africanas atualmente existentes. (d) Por fim, o Instituto pode ser um local de encontro geral ou de intercâmbio central entre os interesses práticos e teóricos na antropologia.